

Negócios com os brancos, origem do grande conflito

A denúncia de uma série de trambiques do cacique Samuel Claudino na administração da reserva da Guarita é apenas a face mais evidente de uma irregularidade firmemente enraizada entre os índios da área: o arrendamento de suas terras a fazendeiros brancos. Algumas famílias chegam a arrendar 200 hectares, faturando alto, sem qualquer esforço, embora este tipo de negócio em áreas indígenas seja expressamente proibido por lei. Com o dinheiro, alguns índios compram armas, bebida, e obtêm sua comida nos supermercados de Tenente Portela. Em contrapartida, boa parte das famílias não é proprietária sequer de um hectare e, às vezes, suas crianças são internadas em hospitais de Passo Fundo com o diagnóstico de subnutrição.

"O arrendamento gera o surgimento de classes", constata o pastor Lucio Schwinger, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, que acompanhou a assembléia geral. Com o dinheiro rolando solto - no ano passado, por cada um dos cinco mil hectares arrendados, os brancos pagavam Cz\$ 8 mil - afluíram também a ganância, a inveja e a ambição de ganhar cada vez mais.

Não sem razão, o movimento de oposição ao cacique é integrado justamente por aqueles que detêm menos terra e que se levantaram contra o sistema de arrendamento, considerado pelo administrador regional da Funai, Francisco Eugênio dos Santos, como o pivô de toda a crise. "Para resolver esta situação, o governo federal deveria tomar uma medida firme, como a

intervenção na reserva. Um grupo de técnicos limparia os arrendatários da área, deixando as terras para que os próprios índios pudessem plantar, com máquinas e assistência do governo no primeiro ano", defende ele.

Na opinião do dirigente da Funai, se o arrendamento fosse extinto pelos índios - os únicos capazes de eliminar esta prática - não teria ocorrido a batalha de segunda-feira, que deixou seis índios feridos. "Há uma insatisfação latente porque a comunidade está desajustada, onde um não respeita o outro", analisa Francisco Eugênio.

Um dos pontas-de-lança na condenação aos arrendamentos é o chefe do posto da Funai na reserva, Neri Ribeiro, filho do ex-cacique Domingos Ribeiro. "Hoje se vêem índios bêbados, trambiqueiros e até roubo existe entre nós porque falta apenas uma coisa: trabalho", disse ele durante a assembleia, num discurso emocionado. "Não temos mais capim para fazer nossas casas porque todas as terras estão arrendadas", lembrou Neri.

A pregação deu resultado parcial. O cacique Samuel Claudino e o administrador da Funai iniciaram ontem mesmo negociação para pôr fim aos arrendamentos, embora ninguém acredite que isto seja possível a curto prazo. De qualquer forma, o primeiro passo já está dado: a Funai assumiu o compromisso de, a partir de dezembro, organizar uma lavoura coletiva de 50 hectares para que o índio da Guarita volte a retirar da terra o próprio sustento.



Sinais da batalha que aumentou ainda mais a forte divisão na reserva

Cacique prende, manipula e mantém o poder

Assembléia manteve Samuel no comando da reserva

Por MARCELO RECH

Enviado Especial/ZH

O cacique Samuel Claudino, que havia mandado espancar e prender seus opositores na reserva da Guarita, na segunda-feira de manhã, aprendeu muito com os brancos. Como um político profissional, ele conseguiu ontem, durante uma assembléia geral que durou quatro horas, carta branca para permanecer no comando da reserva, liquidando com a oposição que vinha denunciando suas falcatruas, como a venda de toras de madeira e de material cedido para a construção de casas.

A reunião foi intermediada pelo administrador regional da Funai, Francisco Eugênio dos Santos, que se deslocou de Passo Fundo até a Guarita, uma reserva de 12 mil hectares situada nos municípios de Tenente Portela e Miraguaí, a 450 quilômetros de Porto Alegre. Temendo perder a liderança da reserva, o cacique, que já havia anunciado sua intenção de só deixar o cargo morto, não queria a reunião, mas acabou convencido pelo dirigente da Funai, com o argumento de que poderia eclodir uma guerra entre os índios.

Para garantir a segurança da assembléia, realizada num galpão com a presença de 200 índios, quatro agentes da Polícia Federal foram distribuídos pelo salão, ostentando metralhadoras e espingardas calibre 12. Do lado de fora, 28 homens da Brigada Militar de Tenente Portela, Miraguaí e Três Passos, ficaram de sobreaviso para qualquer movimento suspeito ou ameaça de novos atos de violência. O clima que antecedia a reunião era tão tenso que as cerca de 30 famílias que vivem no setor de Tenente Portela e que encabeçam o movimento de oposição chegaram a cogitar de não comparecer ao encontro na sede principal da reserva, com medo de serem agredidas.

No entanto, com a garantia da segurança pela BM e Polícia Federal, as famílias acabaram embarcando num caminhão que os apanhou na beira da estrada. Para não correr o risco de ver a mesa virar contra o seu comando, Samuel Claudino ordenou que seis índios rebeldes e ainda presos na cadeia da reserva, um barraco com menos de dez metros quadrados, permanecessem incommunicáveis. Entre os seis detidos está Alfredo Ribeiro, um velho índio asmático, dono da casa depredada e saqueada na segunda-feira pelos aliados do cacique. Todos estão sendo mantidos nus dentro do barraco e só ganharam comida e água ontem à tarde, cerca de 36 horas depois de terem sido capturados durante o ataque. Eles estão sendo vigiados permanentemen-

te pela polícia indígena, composta por índios armados com porretes e estilingues e escolhidos pelo próprio cacique.

Com a oposição trancafiada, Samuel Claudino não teve dificuldades em manobrar a assembléia. Na hora da votação sobre a sua manutenção ou não no cargo, o cacique foi buscar pessoalmente alguns aliados espalhados pelo terreno em frente, enquanto seus homens arrementavam as mulheres que, pela tradição indígena, não têm poder de escolha, e as colocavam do lado do galpão, onde deveriam se posicionar os favoráveis a Samuel.

Preleção

Numa longa preleção em língua caingangue, o cacique não foi entendido por boa parte dos jovens, a principal força da oposição, mas, diante dos protestos, passou a falar em português. Quando um dos jovens, Ari Ribeiro, filho do cacique Domingos Ribeiro, tomou coragem de falar ao microfone em nome dos opositores, o cacique cassou a sua palavra, alegando que o rapaz não estava acostumado a se expressar em público. Ari iniciava o discurso em que pedira a deposição do cacique sob acusação de ter praticado atos ilegais e arbitrários.

Sem alguém que atacasse frontalmente sua liderança, Samuel garantiu fácil um poder ilimitado sob as vistas do administrador da Funai, que é proibido por lei de intervir em questões políticas internas das reservas indígenas. Apesar dos apelos do chefe do posto da Guarita, Neri Ribeiro, e até de um índio, que também é pastor da Assembléia de Deus, o cacique não deu nenhuma garantia concreta de que seus opositores não serão mais perseguidos. Comprometeu-se apenas em mandar reconstruir o que seus seguidores haviam depredado na segunda-feira.

Diante deste fato, os índios rebeldes temem sofrer novas represálias a qualquer momento. Por isto, o administrador da Funai acertou que periodicamente patrulhas da Brigada Militar vistórias a reserva para conferir se não há mais sinais de violência. Fortalecido, o cacique não estebeleceu qualquer prazo para soltura dos líderes do movimento de oposição. "Vamos ver nos próximos dias", explicou-se ele.

Dos cinco índios e uma índia feridos no conflito de segunda-feira, Líria Ribeiro, que levou um tiro no ombro esquerdo, teve alta ontem do Hospital Santo Antônio, em Tenente Portela. Outros dois índios, que receberam porretadas na cabeça, serão liberados hoje. O índio ferido com um tiro na veia femural continua internado em Passo Fundo.



Soldados na reserva: vigilância para evitar nova guerra entre os índios